

EDITORIAL

O presente Número Especial da Revista Jurídica Portucalense é dedicado aos *MECANISMOS DE PROTEÇÃO JURÍDICA NO DIREITO CIVIL*.

A iniciativa deste número e do presente tema surgiu de um grupo de investigadores ucranianos. Depois da aprovação da publicação do número especial, por parte do anterior Diretor do Instituto Jurídico Portucalense, Professor Doutor Wladimir Brito, desafiámos todos os interessados a submeter artigos, com uma chamada de artigos que teve início em janeiro de 2023 e terminou em abril do mesmo ano.

Na presente edição, a secção dedicada aos trabalhos de INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA é composta por dezanove artigos que foram selecionados segundo as regras do processo de dupla revisão cega por pares, também conhecido como “double blind peer review”. Passemos, então, a apresentar sumariamente cada um desses dezanove artigos.

Os consumidores da era digital: Que lugar para o direito à informação?, artigo apresentado por Ana Clara AZEVEDO AMORIM, aborda os elementos determinantes das decisões económicas dos consumidores na era digital, procurando aferir se subsiste ainda fundamento para os deveres de informação consagrados pelo legislador.

No artigo *Bens sub-rogados no lugar de bens próprios - Da intervenção de ambos os cônjuges no ato aquisitivo*, de Andreia Madalena MAGALHÃES JESUS, a autora apresenta uma análise jurisprudencial e doutrinal sobre a alínea c) do artigo 1723.º do Código Civil português.

Segue-se um estudo de Eva Dias COSTA, intitulado *Contributos para a interpretação do artigo 1791.º do Código Civil – a perda de benefícios em caso de divórcio e separação de pessoas e bens*, em que a autora procura, em a alguma aparente imprecisão sobre o tema, contribuir para lançar alguma luz sobre a perda de

benefícios previsto no artigo 1791.º do Código Civil para o caso de divórcio ou separação de pessoas e bens, á luz da letra e do espírito do regime jurídico do divórcio que resulta da reforma de 2008.

Fátima BRAGA, em *A Procriação Medicamente Assistida e os princípios constitucionais da igualdade e não discriminação*, analisa a Lei da Procriação Medicamente Assistida, tendo como pano de fundo os princípios constitucionais da igualdade e não discriminação, e não encontra qualquer fundamento válido para o afastamento dos homens, sozinhos ou casais de homens, como beneficiários da PMA.

Hugo CUNHA LANÇA apresenta uma reflexão, com o título *Revisitar o regime jurídico da capacidade de agir dos menores, tendo por substrato a neurociência*, em que procura dissecar a capacidade jurídica de agir dos menores, tendo por paradigma a sua maturação cerebral.

Irene COPPOLA, no artigo intitulado *Porque é que o direito ao aborto continua a ser discutido?*, partindo de uma breve análise histórica, dedica-se a demonstrar a inexistência do direito ao aborto em Itália.

Em *A mediação como instrumento eficaz para a prevenção da violação e a proteção dos direitos na Ucrânia através do prisma da experiência internacional*, Natalia HRES, Viktoria STRELNYK e Tetiana CHURILOVA, procuram formas eficazes de resolver litígios, principalmente através da mediação, com recurso a práticas internacionais positivas. Isto porque a lei marcial na Ucrânia tem tido consequências devastadoras, nomeadamente limitando o acesso aos recursos judiciais.

Seguem-se outros três estudos que têm por objetivo incrementar medidas de melhoramento no sistema jurídico Ucrâniano.

No primeiro estudo, intitulado *Lacunas na aquisição de imóveis e terras agrícolas na Ucrânia: um estudo comparado com a legislação da UE e*

apresentado por Oleh ILKIV, Vitalii MYKULETS, Volodymyr DUMA, Viktor TKACHUK e Nataliia DEREVIANKO, os autores comparam o sistema jurídico dos direitos imobiliários e de propriedade de terras agrícolas na Ucrânia com os sistemas de alguns países da UE e propõem a implementação de algumas medidas concretas.

No segundo estudo, os autores Oleksii KHOVPUN, Artur ZAMRYHA, Victoria PANCHENKO, Valerii MASHYKA e Mykolai GERASYMENKO centram-se no conceito de "extorsão" por desempenhar um papel crucial na compreensão da responsabilidade penal e civil por infrações económicas. Consideram, no seu estudo *Especificidades da responsabilidade criminal (civil) por infrações económicas*, que a compreensão da relação entre extorsão e responsabilidade penal e civil por infrações económicas é essencial por várias razões, tais como o de garantir uma classificação precisa das consequências legais para os infratores.

No terceiro estudo, *A relação pré-contratual no direito contratual ucraniano e o DFCR: o problema da atualização das normas jurídicas na perspetiva da reforma do Código Civil da Ucrânia*, Olena KOKHANOVSKA, Vadym TSIURA e Veleonin KOKHANOVSKYI sublinham que o conceito ucraniano de relação pré-contratual deve basear-se numa série de princípios fundamentais do direito dos contratos, tal como é aceite no direito privado europeu, nomeadamente em relação às práticas comerciais.

Renato NETO, no artigo *Diligência profissional na economia colaborativa*, apresenta uma noção de profissionalismo, que serve de base para avaliar se é possível exigir uma diligência profissional, qualificada e mais elevada que a comum. Em especial, estuda o tratamento do "alojamento local" no direito português para examinar se essas atividades da economia colaborativa tendem a se profissionalizar. Por fim, pondera o padrão de cuidado a ser exigido.

Já Roman I. TASHIAN, Yuliia S. TAVOLZHANSKA, Oleksii V. TAVOLZHANSKYI, Serhii V. GRYNCHAK e Nataliia V. SMETANINA apresentam

um trabalho sobre *A Doutrina como fonte de direito no direito internacional e nos sistemas jurídicos mundiais* no qual analisam o papel regulador e o potencial da doutrina, prestando especial atenção ao direito internacional, bem como aos sistemas jurídicos romano-germânicos, anglo-saxónicos e religiosos.

Seguem-se sete artigos particularmente centrados no sistema jurídico da Ucrânia.

Viktoriia RIEZNIKOVA, Ivan KOSTYASHKIN, Tetiana LAHOIDA, Iryna KRAVETS e Antonina BOIKO, no artigo intitulado *Garantia dos direitos de propriedade ao abrigo da lei marcial* analisam o estado atual da garantia dos direitos de propriedade ao abrigo da lei marcial, destacando os principais grupos de problemas que dela decorrem.

Volodymyr O. HAVRYLYUK, Nataliya V. RYBAK, Volodymyr V. KUZMENKO, Olha V. LETS e Oleh P. DENEHA, no seu artigo sobre *A influência da lei marcial nas relações de trabalho na Ucrânia*, procuram identificar a natureza das mudanças que ocorreram na Ucrânia com a lei marcial, no âmbito Direito do trabalho e, em particular, dos direitos dos trabalhadores.

Volodymyr KUZMENKO, Andriy KOROTKYKH, Oksana VAITSEKHOVSKA, Vladyslav KOSTENKO e Kateryna KUTSOVOL discorrem sobre a terceirização e a sua regulação, apresentam vantagens e inconvenientes da terceirização e as perspetivas do seu desenvolvimento na Ucrânia, como no resto do mundo, no artigo intitulado *Atualidade da terceirização como uma das formas de emprego prospectivo*.

A seguir voltamos a ter um estudo sobre o direito de propriedade, *Proteção dos direitos de propriedade no Direito Ucrainiano e Europeu: teoria e prática*, da responsabilidade de Volodymyr NAHNYBIDA, Zhanna CHORNA, Svitlana LOZINSKA, Roksolana IVANOVA e Volodymyr BOBRYK. Neste os autores realizam uma análise dos aspetos teóricos e práticos de salvaguarda

dos direitos de propriedade dos indivíduos e destacam os principais obstáculos que impedem o funcionamento eficaz deste mecanismo de proteção.

Yevhen LEHEZA, Bogdan SHCHERBYNA, Yulia LEHEZA, Olena PUSHKINA e Olesia MARCHENKO apresentam um estudo sobre a exceção de não cumprimento do contrato, mas na perspetiva do Direito ucraniano, sobre a sua natureza, sobre a possibilidade ou não do recurso a este instituto perante o incumprimento de uma obrigação acessória ou uma obrigação de não fazer. O artigo intitula-se *Características da Aplicação do Direito de Suspensão ou Recusa Total/ Parcial de Cumprir uma Obrigação em Caso de Não Cumprimento da Contra-Prestação pela Outra Parte, de Acordo com a Legislação Civil da Ucrânia*.

Yurii NAZAR, Danylo YOSYFOVYCH, Viktoriia BONDARENKO, Bohdan MELEKH, Nataliia PUSTOVA, na *Essência das Garantias Administrativas dos Direitos das Pessoas Singulares e das Entidades Jurídicas Durante o Controlo do Estado (Supervisão)*, exploram os princípios fundamentais das garantias administrativas relacionadas com a proteção dos direitos dos indivíduos e das pessoas coletivas durante o controlo e a supervisão do Estado, e isto através de uma análise abrangente da atual legislação nacional na Ucrânia.

Para finalizar a secção “Investigação Científica”, Yurii PRYTYKA e Serhii KRAVTSOV apresentam, no âmbito do projeto de investigação ‘Justice in the context of sustainable development’ Project No. 22BF042-01 (2022-2024), um estudo sobre *As acções de pequeno montante em processo civil na Ucrânia: Panaceia ou obstáculo ao acesso à justiça*. De acordo com os autores, foram implementados na Ucrânia processos judiciais simplificados, nomeadamente para a apreciação de ações de pequeno montante. Contudo, questionam se o processo civil para ações de pequeno montante respeita o princípio do Estado de direito e os princípios básicos do processo judicial definidos pela Constituição da Ucrânia, e também se estas ações dificultam, ou não, o exercício do direito à proteção judicial. Os autores procuram responder a estas questões através da análise da legislação de diferentes países europeus, a prática do Tribunal

Europeu dos Direitos do Homem e a pesquisa sistemática das disposições da Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem. As conclusões justificaram a necessidade de publicar uma fórmula para determinar as ações de pequeno montante com referência ao nível de rendimento mínimo num determinado país.

Como sempre, estamos reconhecidamente gratos à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

A Editora Geral

Mónica Martinez de Campos

Edição e propriedade:

Universidade Portucalense Cooperativa de Ensino Superior, CRL

Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 541 - 4200-072 Porto

Email: upt@upt.pt